



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Anibal Khury, José Alves, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Senhor Presidente.

Pelo presente apresento a minha renúncia de Deputado Estadual, por ter assumido nesta data o cargo de Prefeito de Apucarana.

Sem mais para o momento, agradeço o carinho que sempre me foi dispensado pelos colegas deste Parlamento.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo trágico falecimento do Delegado da Polícia Civil de Teixeira Soares, Senhor Arnan Chemin Branco.

Outrossim, solicita-se que seja dada ciência à família enlutada, através da Diretoria da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela posse, ocorrida no dia de ontem, do Conselheiro Antônio Ruppel, na Presidência do Tribunal de Contas do Estado, e dos Conselheiros João Féder e Rafael Iatauro, na Vice-Presidência e na Corregedoria Geral, respectivamente.

Requer, ainda, uma vez aprovada a proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado, na pessoa dos Conselheiros eleitos e empossados.

Sala das Sessões, em 06.01.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Ilustríssimo Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., pela inauguração no dia 06, do VI Salão Banestado de Artistas Inéditos, na Galeria de Arte Poupança Banestado.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Salão Banestado de Artistas Inéditos

é um dos mais importantes eventos culturais em nosso País, na medida em que possibilita o surgimento de novos valores no campo das artes plásticas. A idealização do referido evento é do Senhor Francisco Souto Neto, crítico de arte que goza de excelente prestígio junto ao mundo artístico das artes plásticas. A manutenção e prosseguimento do Salão Banestado é um benefício exemplar que o Banco do Estado do Paraná fornece à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de regoio à Professora Gilda Poli, por novamente estar à frente da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães de São José, localizado na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães São José, localizado na Vila Urupês da cidade de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e recém-nascidos. Entretanto, em função de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando a doação de gêneros alimentícios e auxílio financeiro para o Albergue Noturno de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno de Campo Mourão é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional, no

Curitiba, segunda, em 09.01.89

atendimento das pessoas carentes de Campo Mourão e região. Porém, por motivos de dificuldades financeiras causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro e gêneros alimentícios para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Guarda Mirim de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Campo Mourão é uma entidade considerada exemplar em nosso Estado em termos de atendimento às crianças carentes daquela cidade e região. Diariamente crianças são encaminhadas para busca de emprego, assistência médica e odontológica. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, a Guarda Mirim de Campo Mourão, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Sr. Aurélio Ruiz-Minagore, DD. Diretor do Centro de Informações das Nações Unidas, solicitando esforços daquela organização no sentido de manter a paz no mar Mediterrâneo.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os países do Mar Mediterrâneo encontram-se ameaçados diante da presença, naquelas águas, da Seta Frota, cujo último resultado foi a destruição de dois aviões libios no último dia 4 do corrente.

Neste momento em que os principais países do mundo buscam formas eficazes para a manutenção da paz, superando divergências através de negociações diplomáticas, é inconcebível o uso da força como está ocorrendo no Mar Mediterrâneo.

REQUERIMENTO N° 1117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, solicita o retorno do Projeto de Lei n° 322/88, às Comissões, para ser analisado juntamente com a mensagem governamental de aumento do funcionalismo, ou na Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com base no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Comissão Geral para apreciar a mensagem do aumento do funcionalismo em data de 10.01, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa Executiva o encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, aos Srs. Deputados Federais, integrantes da Bancada do Paraná no Congresso Nacional, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social e ao Sr. Superintendente Regional do INPS, Lauro Ferreira Filho, no sentido seguinte:

CONSIDERANDO que medidas tomadas em conjunto pela Federação Nacional dos Bancos; FEBRABAN, INPS e DATAPREV, visando reformular todo o sistema de entrega de benefícios de aposentadoria e pensões, foi realizado ao arrepio da legislação vigente, contrariando em especial e frontalmente a Lei n° 7604, que em seu art. 6° garante a obrigatoriedade dos bancos efetuarem o pagamento e o direito do segurado escolher o banco pelo qual quer receber;

CONSIDERANDO que tal medida vem trazer conseqüências danosas a aproximadamente 12 milhões de aposentados, existentes no Brasil, sendo 625 mil destes somente no Estado do Paraná, que estão impossibilitados de receber os já minguados benefícios de aposentadorias e pensões por não terem informação quanto as agências bancárias para as quais foram transferidos,

CONSIDERANDO que o Sr. Superintendente Regional do INPS, Lauro Ferreira Lima, manifestou a falta de conhecimento à medida tomada, através de declaração à imprensa, que reflete a situação crítica do órgão pela falta de informações a nível federal: "Não se admite que o aposentado seja tratado como gado, conduzido à mercê de seus próprios interesses só porque isso foi planejado pensando em outros interesses";

APELA às autoridades acima nominadas, que envidem esforços no sentido de que seja sustada - por inviável e ilegal - a medida, visando a reformulação do sistema de

pagamento dos aposentados e pensionistas e, através desta, possam os mesmos receber seus benefícios nas agências bancárias de costume.

Sala das Sessões, em 09.01.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Concedo a palavra à representação do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PDC.

Com a palavra o Sr. Deputado Emar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente queremos deixar gravado nos Anais desta Casa, mais uma vez o protesto do PDC pelo descaso do Governo do Estado com relação ao aumento do funcionalismo público estadual.

Estamos desde o final de dezembro em reuniões consecutivas e a Mensagem chega hoje, chega amanhã, chega depois de amanhã. Agora fala-se que ela já está na Casa, mas não foi lida no Expediente de hoje.

Portanto, o nosso protesto.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, em oportunidade anterior afirmei que o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná é incompetente e inoperante.

Todo o Paraná está sabendo disto. Desde que assumiu a pasta da Fazenda ele não conseguiu, na realidade, agilizar os trabalhos de arrecadação e fiscalização no Estado do Paraná.

Ocupo a tribuna apenas para ler, e para que conste dos Anais desta Casa a nota publicada ontem no "Jornal do Estado", de Curitiba. (Lê):

"Arrecadação - As constantes reclamações do Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, sobre as dificuldades para o crescimento da arrecadação do Estado, tem levado diversos segmentos do empresariado a fazer um comparativo entre o trabalho atual dessa pasta com os anteriores. Nessas avaliações chegam à conclusão de que existe algo estranho, especialmente porque as tributações nunca foram tão elevadas como agora. Nesse comparativo sempre tem sido citado o trabalho do Secretário do Governo José Richa, Erasmo Garanhão. Naquela época, apesar do PMDB ter assumido uma administração em estado de falência, enfrentado seca e enchentes sucessivamente, nunca houve problema para o pagamento do funcionalismo".

A nota diz tudo. O que o povo do Paraná e o funcionalismo público do Paraná pensam a respeito do Secretário da Fazenda, o grande conceito do Governo Álvaro

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Representação do PFL com a palavra. (Declina).

Havendo declinado, a representação do PDT. Com a palavra, o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, magistrados, delegados de Polícia, que hoje comparecem a esta Casa, prestigiando esta sessão.

A Bancada do PDT também manifesta o seu descontentamento pelo fato de que a Mensagem Governamental a respeito dos vencimentos dos servidores do Estado ainda não tenha sido lida na sessão de hoje, e como consequência, não seja ainda do conhecimento principalmente de nós, Deputados da Oposição. Por isso, aguardamos evidentemente no horário destinado à Liderança do Partido que representa o Governo nesta Casa explicações a respeito deste fato.

Quero inicialmente, também em nome da nossa Bancada, em nome do Deputado Valderi Mendes Vilela, em nome do Deputado Rafael Greca e em meu nome, trazer as boas vindas ao companheiro Namir Piacentini que hoje passa a tomar assento nesta Casa, sendo mais um integrante da Bancada do PDT - Partido Democrático Trabalhista - na Assembleia Legislativa, e a certeza de que a sua região estará muito bem representada com a sua presença nesta Casa.

Mas venho à tribuna também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para manifestar o meu descontentamento com o que se faz neste País em relação aos aposentados.

Vejam bem: antes o carnê do aposentado vinha identificando o nome do banco onde ele poderia receber a sua minguada, miserável aposentadoria ou a sua pensão. E infelizmente como só acontece neste País, onde os tecnocratas insensíveis acabam tomando medidas sem consultar o povo, sem saber o que é melhor para o povo acabaram complicando tudo.

E agora o que é que está acontecendo: o pobre do aposentado que ganha uma aposentadoria miserável se desloca da sua casa, pega um carnê que não tem nenhuma identificação bancária, não é mais naquele banco onde ele recebia e não sabe mais em que banco ele vai receber. É o que está acontecendo, minha gente: as pessoas idosas desrespeitadas pela insensibilidade dos tecnocratas do Ministério da Previdência.

Neste sentido, Sr. Presidente, estou encaminhando hoje à Mesa da Assembleia um requerimento que requer o encaminhamento de apelo ao Sr. Governador, e à Bancada Federal do Paraná no Congresso Nacional,

Curitiba, segunda, em 09.01.89

ao Ministro da Previdência Social e ao Superintendente do INPS, para a suspensão da reformulação do sistema de entrega de benefícios, aposentadorias e pensões.

E este meu documento tem o seguinte teor:

"Considerando que medidas tomadas em conjunto pela Federação Nacional dos Bancos - FEBRABAN -, INPS, DATAPREV, visando reformular todo o sistema de entrega de benefícios de aposentadoria e pensões, foi realizado ao arrepio da legislação vigente, contrariando em especial e frontalmente a Lei nº 7.604, que em seu art. 6º garante a obrigatoriedade dos bancos efetuarem o pagamento e o direito do segurado escolher o banco pelo qual quer receber;

Considerando que tal medida vem trazer consequências danosas a aproximadamente 12 milhões de aposentados existentes no Brasil, sendo 625 mil destes, somente no Estado do Paraná, estão impossibilitados de receberem os já minguados benefícios de aposentadorias e pensões por não terem informações quanto às agências bancárias para as quais foram transferidos;

Considerando ainda que o Sr. Superintendente do INPS, Lauro Ferreira Lima, manifestou a falta de conhecimento à medida tomada. Vejam bem: o Superintendente do INPS no Paraná desconhecia as medidas tomadas pelo Ministério da Previdência. Não sabia ele o que estava acontecendo. Foi preciso que os aposentados viessem à imprensa, procurassem denunciar o que estava acontecendo para que uma comissão fosse até o Superintendente Regional do INPS aqui em Curitiba para transmitir-lhe as mudanças feitas que vieram em prejuízo aos aposentados e pensionistas.

Então, manifestou ele a falta de conhecimento à medida tomada através de declaração à imprensa, o que reflete a situação crítica do órgão pela falta de informações a nível federal. Não se admite que o aposentado seja tratado como um animal, como gado, conduzido à mercê dos seus próprios interesses só porque isso foi planejado, pensando em outros interesses."

Apelo, portanto, às autoridades que enviem esforços no sentido de que seja sustada, por inviável e ilegal, a medida visando a reformulação do sistema de pagamentos dos aposentados e pensionistas e, através desta medida, possam os mesmos receber seus benefícios nas agências bancárias de costume.

Porque o que está acontecendo hoje é que o aposentado que mora em Piraquara, por exemplo, de repente recebe o seu carnê em São José dos Pinhais, um aposentado que mora no bairro de Santa Felicidade, pode de repente, ser escalado para receber o seu carnê no bairro do Cajuru. É assim que está a situação, por isso estamos manifes-

tando-nos neste sentido, num requerimento à Mesa, para que seja dado conhecimento ao Governo do Estado, ao Superintendente do INPS no Paraná, ao Ministro da Previdência e à Bancada Federal do Paraná, no Congresso, a fim de que lutem pelo direito dos aposentados, facilitando a vida desta gente que está tão difícil, que já ganha uma pensão irrisória, uma aposentadoria miserável e ainda são obrigados a enfrentar filas, a ir de banco em banco procurar saber onde é que está o seu dinheiro.

É lamentável esta situação, neste sentido eu peço a compreensão dos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PTB. Com a palavra o Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já que estamos iniciando os trabalhos referentes ao ano de 1989, quero desejar a todos os Srs. Deputados, muito sucesso para que façamos, nesta Casa, durante o ano que estamos iniciando, trabalhos voltados sempre ao povo que nos elegeu e nos trouxe a esta Casa de Leis.

Desde o dia primeiro passado, num acordo da Bancada do PTB, assumimos a Liderança do nosso Partido e quero agradecer os trabalhos do Deputado Erondy Silvério que conduziu, muito bem, durante esses dois anos o nosso Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. E queremos dizer que o PTB, nesta Casa, hoje, é um Partido independente. Nosso compromisso é com o povo. Quando vier do Poder Executivo um Projeto em favor do povo, votaremos a favor e elogiaremos o nosso Governador. Mas, quando vier, a esta Casa de Leis, projetos que venham contra a população do Paraná, o PTB irá votar contra.

Potanto, hoje, o PTB é um partido independente nesta Casa e estamos à disposição de todos os Srs. Deputados, porque, juntos, iremos trabalhar em prol do povo que nos trouxe a esta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PL.

Com a palavra o Deputado Ezequias Lossó.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. De idêntica forma a oradores que me antecederam, quero manifestar, desta tribuna, a minha preocupação com a questão da remuneração dos servidores públicos do Estado do Paraná, notadamente daqueles que exercem funções que exigem uma dedicação exclusiva. É fundamental, para o bom funcionamento da máqui-

na Pública, que haja a necessária condição de sobrevivência do servidor em si, mas também de sua família, para que assim possa haver a necessária estabilidade social. Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos nos omitir neste momento em que o Governo Federal prepara seu mais duro golpe contra o nosso Estado e outros Estados produtores agrícolas do País. Os cortes previstos no orçamento da União, trarão o caos à agricultura, justamente ela que tem sido tão penalizada pelos atos incoerentes vindos de Brasília.

Temos assistido ao caos instalar-se e nada a ser feito para assegurar ao agricultor, em especial ao pequeno, a manutenção de sua atividade. No ano passado, os créditos para o plantio da safra de trigo foram dificultados, quem quis ampliar as áreas de cultura, não conseguiu. A seca que começou em junho do ano passado, só acabou agora penalizando em muito, todo o setor. Mas quem pensou que esta seria toda a desgraça, enganou-se. O Governo Federal decidiu assumir definitivamente o papel de carrasco, pretendendo conter os gastos excessivos, justamente no setor que garante a subsistência no Brasil.

Os cortes são imensos e inviabilizam especialmente as atividades paranaenses, já que o nosso Estado baseia a sua economia, praticamente na agricultura.

Não podemos permitir que nos penalizem a este ponto. Aliás, não é só a agricultura que o Governo Federal está querendo penalizar com suas medidas absurdas. Agora ele quer extinguir a URP, única medida para garantir a diminuição das perdas salariais dos trabalhadores, não que ela reponha as perdas, mas pelo menos não permite que elas sejam tão desproporcionais.

De repente, voltamos a ouvir propostas de reposição ressuscitando o famigerado "gatilho salarial" - que tanto fez com que o Governo manipulasse os índices de inflação para contê-lo. Fala-se também em prefixação que deverá trazer o mesmo tipo de problema. Para trocar seis por meia dúzia, o Governo Federal não estaria tão empenhado, o que ele na verdade está tentando fazer desta vez, é confundir as coisas novamente.

O que fica mais claro é que os técnicos não estão encontrando a saída para este enorme problema em que está metido o País. Isto é visível e deve estar causando desespero ao Presidente José Sarney. O ano é de eleições presidenciais e ele não deve estar querendo abalar ainda mais o resto do prestígio de que pensa dispor, só que nem os interesses políticos estão suficientes para conduzir a economia do Brasil a uma certa estabilidade.

Lemos recentemente um artigo de um

jornalista, que lembrava o desgosto do povo brasileiro há dez anos atrás, quando a inflação brasileira chegava a 40% ao ano. Agora assistimos ao desfecho de 88 com índices superiores a 800% e previsões muito sombrias a respeito dos estouros que já neste mês deverão ocorrer e as poucas perspectivas de controle pela incapacidade de planejadores e executores de programas que o Senhor Presidente da República insiste em manter em suas funções. Pacto social? Há muito somos portadores das denúncias desta situação de farça que se inaugurou já há alguns meses. É um gládio sem fim, onde não há vencedores, só perdedores; perde o trabalhador, que assiste a extinção de sua pequena garantia salarial; perde o empresário, que também não consegue estabilizar a sua crise em função da crise do País; e até o Governo perde, porque se desgasta gerando revolta e pondo o País em risco de uma convulsão social se esta situação perdurar por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A representação do PT com a palavra. (Declina).

Havendo declinado, representação do PSDB com a palavra.

Tem a palavra o nobre Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros Delegados da Polícia Civil, Srs. Magistrados.

Venho à tribuna para fazer uma rápida observação a respeito da Mensagem que deverá adentrar a esta Casa amanhã. A rigor ela já deveria, e como já disse muito bem o Deputado Edmar Luiz Costa, de ter passado por esta Casa já na semana passada. Todavia a expectativa é enorme, é grande, mas pelo que estamos observando a nível de comentários, a nível de informações, através do Secretário da respectiva Pasta, parece que, mais uma vez, o Governador frustrou principalmente o Sistema de Segurança Pública do Estado do Paraná. A expectativa tão almejada, tão decantada, tão comentada, mais uma vez, como já disse, será frustrada. Dará, como disse o Senhor Secretário da Pasta e o Governador, que disse em torno de 23 de dezembro do ano próximo passado, apresentar uma emenda que não satisfazia, evidentemente, as aspirações de todos os elementos ligados à Segurança Pública do Paraná. Quer nos parecer que a insensibilidade que se houve, oportunamente, pois o Governador em exercício, inteligentemente retomou, e não mandou a esta Casa a mensagem, e agora estamos aguardando aquela que, segundo as informações deverá adentrar amanhã e que por antecipação já pude sentir e avaliar mais uma vez frustração que vai parar indis-

tivelmente em torno desta classe. Isto porque a proporcionalidade, quer dizer, o acompanhamento gradual é sucessivo e dar-se-á, segundo o próprio Governador e o representante legal, em torno de março. É lamentável termos que assistir e observar quando muito bem disse, e assim todos os analistas da área econômica nacional e aqui o companheiro do PL, Deputado Ezequias Losso, quando fazia uma breve análise da situação nacional. Não é fácil, podemos sentir e avaliar a angústia, a aflição e a expectativa que paira em toda a nossa comunidade nacional. E como não poderia deixar de ser, nesta, por sua vez também. Se o Governo não entender, não aceitar algumas observações que estão sendo encaminhadas com respectiva pressa, quero crer que vamos ter problemas difíceis neste País; temos que acertar a nossa economia social sob pena de os reflexos da área social serem deveras desastrosos e há risco de pôr em clima de intranquilidade toda a Instituição nacional. E aqui, Senhor Governador, quero crer que não vai mais ser possível, mas caberá aos companheiros, naturalmente apresentar alguma emenda, nem que para tal tenha que atrasar um pouco, porque atrasada a mensagem já está, para que possamos, naturalmente, analisá-la. Os companheiros da Polícia Civil, da Associação dos Delegados, dos quais recebi um manifesto e estou lendo, e assim como sustento e defendo a classe que represento nesta Casa, da Polícia Militar, darei também o voto de confiança, estou estudando, e amanhã, tão logo tome conhecimento, iremos indiscutivelmente desenvolver algo a respeito.

No que diz respeito ao Projeto do ICMS também tenho aqui, preparado, algumas observações. Mas, vou aguardar. Aguardar a entrada do Projeto nesta Casa e hoje uma observação: que os empresários irão fornecer a nós, Deputados, no plenarinho desta Casa, para então, inteirar-me, desenvolver alguma coisa a respeito.

Era isso, Senhores companheiros, o que eu tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Governador do Estado juntamente com o seu Secretariado vem analisando há dias o aumento dos senhores funcionários públicos. É evidente que tanto o Governador como a sua assessoria pretendiam conceder aos senhores funcionários públicos a maior percentagem possível.

Na última sexta-feira, reunidos com a comissão paritária, porque essa comissão compareceu tanto ao Palácio Iguazu como à Secretaria de Estado da Administração, por muitas vezes, por diversas vezes, analisando, discutindo, junto com o Secretário Mário Pereira, matéria tão relevante. É evidente que se fosse possível enviar esta Mensagem a esta Casa de Leis na segunda, terça, quarta-feira da semana passada, isto teria sido feito. Não há descaso por parte do Governo do Estado. Não há incompetência ao redor de nenhum Secretário de Estado. O que ouvimos são especulações. O que ouvimos são palavras politiquieiras, de pessoas que querem agradar a uma ou a outra classe. É evidente que não tendo compromisso com o Governo, atacar e criticar se torna muito fácil. Mas, o Senhor Governador, na última sexta-feira, anunciou o aumento aos senhores funcionários públicos, onde concede o IPC integral aos senhores funcionários. E estes percentuais aplicados serão pagos a partir de janeiro. Não há atraso. Não há prejuízo. Os senhores funcionários receberão o aumento na folha de janeiro. Enviar esta Mensagem no mês de dezembro ou no início de janeiro não irá de forma nenhuma prejudicar os senhores funcionários. Esta Assembleia está de plantão, está convocada em caráter extraordinário para analisar estas Mensagens. Os Senhores Deputados aqui têm comparecido e irão comparecer nos próximos dias, analisarão e votarão com a maior rapidez possível a mensagem do Senhor Governador.

Cumprirá o Senhor Governador a sua missão. Dentro das possibilidades do Erário Público o aumento virá.

De que adiantaria o Senhor Governador propor 150, 180% e começar a atrasar o pagamento dos senhores funcionários como ocorre em outros estados como Goiás e Rio Grande do Sul?

Esta mensagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados estará chegando a esta Casa de Leis até às 12:00 horas de hoje. Até ao meio-dia teremos esta mensagem, se possível antes para que ela seja lida nesta sessão. Passaremos a analisá-la, evidentemente e inicialmente através das comissões.

Mas, Sr. Presidente, estamos num impasse. O Senhor Governador está enviando uma mensagem concedendo aumento aos senhores funcionários públicos, ao magistério, ao ministério público, à magistratura, aos membros do Tribunal de Contas, aos senhores funcionários da Assembleia Legislativa. E ao mesmo tempo Sr. Presidente, encontramos na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 322/88 versando sobre aumento ao Tribunal de Justiça, aos membros da magistratura.

Nós temos então a mensagem do Senhor Governador e temos uma proposta que nos foi encaminhada diretamente do Tribunal de Justiça.

Sr. Presidente, entendemos que essa proposta que visa conceder aumento à magistratura deverá retornar à Comissão de Constituição e Justiça para ser analisada em conjunto com a mensagem do Senhor Governador. Nós não poderemos votar duas matérias versando sobre o mesmo assunto.

Esta mensagem do Senhor Governador deverá entrar em votação na próxima quarta-feira e não podemos então, votar uma matéria no dia de hoje e na próxima quarta-feira votar outra matéria versando sobre o mesmo assunto. Mesmo por que Sr. Presidente, a nossa Constituição no seu artigo 15, parágrafo segundo, diz textualmente que na sessão legislativa extraordinária, que é o nosso caso, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada. Nós não promulgamos ainda a nossa Constituição. A carta que virge hoje no Paraná é essa Constituição. E nós devemos nos ater aos ditames da nossa Constituição vigente.

Portanto, Sr. Presidente, requeremos que V.Exa. coloque em votação para que o Plenário delibere sobre a minha proposta, de retorno desta proposta da magistratura para a Comissão de Constituição e Justiça para que ela seja analisada juntamente com a mensagem do senhor Governador e talvez daí Sr. Presidente, saia um substitutivo geral e possamos votá-lo com a maior tranquilidade possível.

Este é o nosso requerimento, Sr. Presidente e solicitamos que V.Exa. coloque então para o Plenário deliberar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) V.Exa. deve encaminhar o requerimento por escrito.

Está encerrado o expediente passa-se à

ORDEM DO DIA;

Com a presença de 42 Srs. Deputados. Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Domingos Scarpellini, apresentando a renúncia de Deputado Estadual, por ter assumido o cargo de Prefeito Municipal de Apucarana. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, encarecendo a constituição da Comissão Geral para apreciar a mensagem do aumento do funcionalismo em data de 10 de janeiro corrente, às 14:30 horas. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, este requerimento do Deputado Hermas Brandão transforman-

do a Assembléia em Comissão Permanente, evidentemente deverá ter um relator. Indagaria então a V.Eta. por quem esse relator seria indicado, e em que momento?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É competência da Presidência a designação do relator, evidentemente a Presidência vai ouvir as Lideranças.

Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que o aprovam permanecem como estão. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro que conste em Ata o voto contrário do PDC.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será registrado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós gostaríamos que registrasse em Ata, também, o voto contrário dos Deputados do PDT, dos Deputados Namir Piacentini Algaci Túlio, Rafael Greca de Macedo e Valderi Mendes Vilela.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será registrado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 99/88 (Mensagem nº 121/88 ex-Proposição nº 114/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura nas datas e com os objetivos que especificam, e também cópia autêntica do Convênio celebrado em 30.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas no Estado.

Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada

nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam à chamada 35 Srs. Deputados.

Há quorum para votação. Os Srs. Deputados que responderam à chamada, nesta votação, não podem se ausentar do plenário, de acordo com o Regime Interno.

Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 100/88 (Mensagem nº 120/88 ex-Proposição nº 112/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os municípios, datas e objetivos que especifica. Encaminhando, também cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os municípios adiante mencionados objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades policiais. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 322/88, de autoria do Tribunal de Justiça (Of. nº 760/88), que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o retorno do mesmo às Comissões, para ser analisado juntamente com a mensagem governamental do aumento do funcionalismo, ou na comissão geral. Em votação.

Evidentemente que se for aprovado o requerimento ele será apreciado juntamente com a Mensagem Governamental.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, não me convenceram as razões apresentadas pelo nobre Deputado Artagão Mattos Leão, em seu requerimento, porquanto a Lei maior se sobrepõe sempre à menor e nós temos uma Constituição Nacional vigindo desde outubro. Esta Mensagem está rigorosamente dentro do que determina a nova Constituição brasileira, e a Comissão de Justiça da Casa, por unanimidade, já exarou o seu parecer. Além disso, ainda, o requerimento de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão está prejudicado pelo requerimento aprovado há instantes atrás, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão. Se a Casa foi transformada em Co-

missão Geral para que se desse urgência à apreciação da mensagem sobre o funcionalismo público, o requerimento está prejudicado, porquanto não haverá reunião da Comissão de Justiça para apreciação da mensagem sobre o aumento do funcionalismo público.

Eu votaria favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado Artagão Mattos Leão com uma modificação, para que fosse incluído este projeto que estamos apreciando em Primeira Discussão na apreciação da Comissão Geral na Mensagem do funcionalismo público.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Sr. Presidente, o meu requerimento - e me parece muito claro, é para que esta proposta seja analisada pela Comissão de Constituição e Justiça ou na Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tendo em vista a aprovação do requerimento do Deputado Hermas Brandão, a Mesa considera prejudicado o retorno do projeto às Comissões, valendo tão somente a parte que se refere à Comissão Geral.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu gostaria de um esclarecimento da Mesa ou do nobre Líder do PMDB. Antes foi aprovado um requerimento transformando a Assembléia em Comissão Geral para apreciação da Mensagem Governamental de aumento do funcionalismo público.

Muito bem! Nesta mensagem não está sendo apreciado apenas o aumento do funcionalismo público, está incluído inclusive Magistratura, pelo que eu li nos jornais, não conheço a mensagem e pelas informações que temos da Bancada do PMDB, além disso, de outros setores, segmentos do Estado.

Nós temos também aqui uma mensagem, não uma proposta, do Poder Judiciário, já encaminhado há dias, ainda no ano passado, em que o Poder Judiciário, usando da prerrogativa constitucional que lhe é atribuída, da iniciativa da lei, nós perguntamos o seguinte: o requerimento da Liderança do PMDB, coloca os Srs. Deputados numa situação de quase que impossibilidade de decisão. Vamos votar o requerimento para que as mensagens sejam encaminhadas à Comissão Geral ou à Comissão de Constituição e Justiça, este é o requerimento da liderança do PMDB.

Há poucos momentos, nós aprovamos um requerimento transformando a Assembléia em Comissão Geral. Nós, aprovando esse requerimento, vamos apreciar a mensagem do Poder Judiciário na Comissão Geral, na Comissão de Justiça, onde afinal vamos apreciar isto? Onde está o princípio constitu-

cional aprovado no dia 05 de outubro, que dá à Magistratura competência exclusiva para encaminhar a mensagem. Como nós vamos encaminhar e como vamos votar isso? Essa é a minha dúvida, essa é a questão que levanto, Sr. Presidente.

O SR. VALDERI VILELA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, a bancada do PDT também entende que o requerimento, além de inconstitucional, porque não podemos, Sr. Presidente, adotar nesta Casa que a Câmara Federal adotou num parecer, mudar Constituição. Não é da competência do Sr. Governador encaminhar este projeto de lei, não se trata de proposta, como disse o Líder do PSDB, é um projeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça. E ele deve ser votado hoje, Sr. Presidente, para que não venha mais ser protelado como vem sendo há vários dias nesta Casa, por orientação da Bancada Majoritária.

Esta é a nossa posição, é a posição do PDT, favorável que o projeto de lei e não proposta, seja votado hoje na Ordem do Dia em que se encontra.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para encaminhar)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acredito que o requerimento do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão perdeu razão de ser e de certo modo até lamentavelmente. A verdade é que a transformação desta Casa em Comissão Geral para apreciar amanhã o aumento do funcionalismo público do Estado cassou, por completo, a liberdade dos Srs. Deputados de realmente estudarem e apresentarem propostas para melhorar o possível projeto que venha do Executivo.

É impressionante, Sr. Presidente, esta Casa tem dado nos últimos quarenta dias demonstrações de desapego à Constituição, à Lei, ao direito e à equidade. Não faz muito tempo, há alguns dias apenas, aprovamos uma lei tributária em que a toque de caixa dos tambores vindos do Palácio Iguaçu esta Casa misturou atos "intervivos com atos "causa mortis". Agora, o Sr. Governador do Estado, desrespeitando abertamente a Constituição Federal, diz que enviará a esta Casa uma Mensagem, da qual constará o aumento da Magistratura, quando existe dispositivo da Constituição do Estado. Está a Constituição Federal em vigor e dá autonomia ao Poder Judiciário.

Eu lamento, mas o Deputado Rafael Greca está um pouco desatualizado, ele sempre falou em príncipi e acho que começaremos a falar em ditador.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Sr.

Presidente, Srs. Deputados.

Para que não tenha razão o Deputado Edmar Luiz Costa, na sua assertiva, que se impõe que esta Assembléia respeite a prerrogativa do Poder Judiciário de enviar Mensagens a esta Casa para serem apreciadas com a mesma isenção com que são apreciadas as mensagens que vêm do Poder Executivo.

Nós temos três Poderes neste Estado. A Assembléia deve dizer aos paranaenses exatamente isso; que há três Poderes independentes entre si e todos com igual valor. Não valerá a Constituição e perderemos a autoridade para fazer a própria Constituição do Estado, se não respeitarmos a possibilidade dos Desembargadores e Juizes enviarem Mensagem a esta Casa.

Portanto, Srs. Deputados da Oposição e do Governo, porque todos nós paranaenses vamos votar contra este requerimento e vamos aprovar a mensagem do Judiciário, em segunda instância, conforme está explícito na Ordem do Dia de hoje. É imperioso que assim seja para que a Ordem Constitucional seja respeitada e para que não se aumente a entropia, a desordem, a confusão que nos faz perder a democracia cada vez mais.

Vamos dizer um sim à democracia, dizendo um não a este requerimento.

Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, eu conheço e esta Casa conhece a mensagem recebida, a proposta recebida do Poder Judiciário, com relação ao reajuste de vencimentos de seus membros, de seus quadros. Nós não conhecemos a mensagem do Sr. Governador, evidentemente porque ela não chegou aqui, mas temos notícia da Liderança da Bancada do PMDB nesta Casa, que não só a mensagem dá chegada hoje como até alguns números, por exemplo: que a Magistratura terá, pela Mensagem do Sr. Governador, um reajuste na ordem de 110, 112, 115% e outras classes, outros valores.

Nós sabemos, evidentemente, que a Magistratura não suporta mais os atuais vencimentos. É sabido também que funcionários de bancos, especialmente bancos oficiais, têm remuneração, têm vencimento maior que a magistratura, o que não se pode conceber, evidente.

Agora, nós estamos diante aí, me parece, de um conflito de competência, porque o Tribunal de Justiça encaminhou à Assembléia a proposta, nos informa o Líder da Bancada do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão, do encaminhamento para esta Casa de uma outra mensagem do Sr. Governador já é abrangente geral que alcança os três Poderes. Há também na legislação estadual um vínculo do Ministério Público e dos membros do Tribunal de Justiça com a Ma-

Curitiba, segunda, em 09.01.89

gistratura.

Como é que vamos poder votar isoladamente a mensagem que consta da Ordem do Dia, desprezando-se totalmente a argumentação do Deputado Líder do Governo. É em função desse conflito que eu repito, é entendimento desta Casa, competência da Magistratura, em que a mensagem seja encaminhada do Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa.

Agora há entendimento do Governo do Estado de que dispõe aí ainda a Constituição Estadual, este é o fato que me parece da interrogação maior, será que podemos desprezar a mensagem do Sr. Governador do Estado, totalmente, mas de qualquer forma e é de entendimento nosso que está em vigor, está vigindo, é alto aplicável a Constituição Federal, promulgada agora em outubro, mas eu acho que a liderança da Bancada do PMDB se tiver algumas informações, alguma coisa a mais a aduzir no encaminhamento deste requerimento ou desta matéria, deveria trazer para esclarecimento dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Judiciário encaminhou a mensagem à Assembléia Legislativa, levando em conta, são textos da mensagem "o disposto no artigo 96, inciso terceiro, letra B da Constituição Federal", encaminha para apreciação e exame da Assembléia o incluso projeto de lei aprovado em sessão plenária deste Tribunal que dispõe sobre os vencimentos da magistratura deste Estado e dá outras providências.

A revisão dos vencimentos da Magistratura é de necessidade premente e tem respaldo na norma constitucional do inciso 3º do artigo 95 que manteve sem solução de continuidade o princípio gerador da irredutibilidade da sua remuneração.

Muito bem, esta mensagem foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, no dia 05.01.89, cujo Relator foi o ilustre Deputado Caio Quintana. O parecer então emitido está resumido nos seguintes termos...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita ao nobre orador que aprecie o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão que está em votação.

Vossa Excelência poderá falar na apreciação da matéria.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, para apreciar o requerimento, é preciso esclarecer de como surgiu este requerimento. O requerimento é efeito disto que estou apreciando e já vou chegar na questão do requerimento.

Curitiba, segunda, em 09.01.89

O parecer é o seguinte. (L2):

PROJETO DE LEI N° 322/88

P A R E C E R:

Face ao apensamento de duas matérias sobre o mesmo assunto, oriundas dos egrégios Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, tornou-se necessária a elaboração da Emenda Substitutiva Geral por imposição de técnica legislativa.

Quanto à extensão do princípio à carreira do Ministério Público, ela se deve por expresse mandamento constitucional, que disciplina essa função essencial à justiça.

A incorporação dos servidores técnicos do Poder Legislativo às mudanças propostas para os demais quadros, decorre do princípio de isonomia, e que se faz necessário diante de defasagens anteriores. A nova sistemática guarda rigoroso equilíbrio com os demais Poderes hierarquicamente similares.

Diante do exposto, somos de parecer favorável aos respectivos projetos de lei, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 05.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator"

Muito bem. Na medida em que o Relator apresenta um Substitutivo Geral em cima da Mensagem originária do Poder Executivo, evite Parecer na Comissão de Constituição e Justiça, aprovado o Parecer e a Emenda Substitutiva Geral, aquela Comissão apreciou a constitucionalidade da mensagem do Poder Executivo, que não pode ser questionada agora, na sessão de hoje, como foi, e ser tratada como proposta.

Daí porque não ter sentido o requerimento. Porque se no dia 05 de janeiro a mensagem que hoje consta da Ordem do Dia foi apreciada e considerada constitucional, hoje ela continua constitucional, razão porque a nossa bancada, a bancada do PSDB, vota a mensagem do Poder Executivo hoje, conforme consta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Não tem sentido, então, o requerimento apresentado pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento, item 2. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento que solicita que o projeto seja encaminhado à Comissão Geral, queiram conservar-se como estão. (Pausa). Rejeitado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Isto é gozação, Sr. Presidente.

Eu solicito a Vossa Excelência a verificação de votação. Vossa Excelência não contou, como que Vossa Excelência anuncia o resultado como rejeitado?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu não sei como é que diz em latim, mas em português a lei não protege quem dorme.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência não sabe latim porque não estudou latim.

Vossa Excelência tem que seguir o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai submeter à votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência não é o todo-poderoso desta Casa. Existe um Plenário aqui, que é soberano e é quem decide.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita que os Srs. Deputados conservem-se em seus lugares e vai proceder à verificação de votação, solicitada um pouco tarde pelo Deputado Artagão Mattos Leão. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Rejeitado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O resultado, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à chamada nominal, para votação.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, meus cumprimentos pela atitude que Vossa Excelência acaba de tomar.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nós gostaríamos também, da Bancada do PDT, cumprimentá-lo pela decisão, uma vez que a nobre Liderança do PMDB, hoje com dificuldades de aprovar os seus requerimentos, já nota que a democracia começa a imperar nesta Casa.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A votação será nominal e os Srs. Deputados serão chamados pelo Sr. 1° Secretário. Dirão SIM ou NÃO.

Os Srs. Deputados que dirão SIM votam de acordo com o requerimento do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. SABINO CAMPOS - (Pela Ordem) Quer aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para convidar a todos para uma reunião hoje à tarde, com todos os segmentos?

organizados das Associações Produtivas do Paraná, lideradas pela Comissão de Agricultura e pelo Bloco Parlamentar de Defesa da Agropecuária. Será a quinta reunião e será no plenarinho, onde serão tomadas decisões importantes para votação do ICMS neste Plenário. Estão todos convidados.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que responderem SIM, aprovam o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. Os Srs. Deputados que responderem NAO, rejeitarão o requerimento.]

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Procederá à chamada nominal, normalmente, para votação nominal.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Hermes Brandão)
 Antônio Annibelli; Eduardo Baggio - SIM; Ferrari Júnior; Anibal Khury; Lindolfo Júnior; Vera Agibert - SIM; José Alves - NAO; Acyr Mezzadri; Leônidas Chaves - NAO; Algaci Túlio - NAO; Amélia Hruschka - SIM; Antônio Bárbara - SIM; Namir Piacentini - NAO; Antônio Costenaro Neto - NAO; Artagão Mattos Leão - SIM; Basílio Zamusso - NAO; Caio Quintana; Cândido Bastos; David Cheriegate - NAO; Dirceu Manfrinato - SIM; Djalma de Almeida César - SIM; Neivo Beraldim - SIM; Edmar Luiz Costa - NAO; Erondy Silvério -

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, eu já declarei. Me abstenho de votar porque o requerimento perdeu a sua razão de ser. É o meu entendimento, conheço o Regimento Interno da Casa e me abstenho de votar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Hermes Brandão)
 Erondy Silvério - abstém; Ezequias Losso - NAO; Germote Kirinus - SIM; Haroldo Rodrigues - NAO; Hermes Brandão - SIM; Homero Oguido; Irondi Pugliesi; João Arruda - NAO; José Afonso Júnior - SIM; José Felinto; José Rogério Carvalho; Lauro Lobo Alcantara - SIM; Luiz Alberto Oliveira; Luiz Antonio Setti - NAO; Luiz Carlos Alborghetti - NAO; Nelson Vasconcellos - NAO; Nereu Carlos Massignan - NAO; Nestor Baptista - SIM; Nilton Barbosa; Orlando Pessuti - SIM; Paulino Delazeri; Paulo Furiatti; Pedro Tonelli; Pirajá Ferreira - SIM; Quilse Crisóstomo da Silva - SIM; Rafael Greca - NAO; Raul Lopes - NAO; Sábino Campos - SIM; Tadeu Lúcio Machado - SIM; Valderi Mendes Vilela - NAO; Werner

Wanderer.

19 votaram sim; 18 votaram não.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovado o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Sr. Presidente, aprovado o requerimento, eu pergunto à Presidência: a apreciação será feita na Comissão de Constituição e Justiça ou na Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não. Foi aprovado o item 2º. Vai à Comissão Geral.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1109, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1110, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1119, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1116, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1111, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1113, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1112, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1114, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1118, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 99 e 100/88.

Levanta-se a sessão.